

Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique: Uma Análise Baseada no Inquérito sobre Orçamento Familiar - IOF 2014/15

Finório Castigo^a and Vincenzo Salvucci^b

^a Direcção de Estudos Económicos e Financeiros (DEEF), Ministério de Economia e Finanças (MEF), Maputo, Mozambique.

^b UNU-WIDER, Helsinki, Finland.

Abstrato

Este estudo baseado nos dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar mais recente (IOF 2014/15) visa apresentar os principais resultados das estimativas e perfil da pobreza de consumo e da pobreza multidimensional. O propósito principal dum perfil de pobreza é de procurar descrever os principais atributos que caracterizam as pessoas pobres, tais como a localização, o tamanho do agregado familiar, os níveis educacionais, o sexo do chefe do agregado familiar (AF), tipo de emprego, as características da habitação, entre outros factores que moldam o perfil, e assim apoiar o esforço do governo no desenho de políticas de redução de pobreza, ou seja, orientar as diferentes prioridades na formulação de políticas de combate a pobreza. Os resultados das estimativas da pobreza multidimensional e de consumo mostram que a pobreza varia entre as áreas e províncias, sendo as áreas rurais e as zonas norte e centro as mais pobres. As principais conclusões do perfil da pobreza de consumo e da pobreza multidimensional mostram que a maioria das famílias pobres tende a ter uma educação mais baixa ou nenhuma educação, a ter um chefe do AF empregado no sector familiar e/ou na agricultura, e a ser chefiada por uma mulher. As famílias que vivem nas zonas norte e centro estão mais privadas em termos de acesso a infraestruturas de saneamento, água potável, eletricidade e outras características de habitação.

Palavras-chave: Perfil da pobreza, Pobreza de consumo, Pobreza multidimensional, Moçambique.

1. Introdução

De modo a se ter um panorama mais amplo do fenómeno da pobreza e bem-estar com base na pobreza do consumo e na pobreza multidimensional, esse estudo procura trazer o perfil da pobreza, analisando e descrevendo quais são as características da população, usando a estimativa da pobreza de consumo e da pobreza multidimensional com base nos dados do IOF 2014/15 e relacionando ou cruzando com outras variáveis como as características demográficas dos agregados familiares (AFs) (tamanho do agregado familiar, idade, sexo), educação (nível de educação e escolaridade de adultos de 18-65 anos de idade), actividades económicas e emprego (ocupação do chefe do AF, empregador e ramo da actividade do chefe do AF), as características habitacionais (saneamento, água, cobertura, energia, posse de bens) e a saúde e nutrição (desnutrição infantil).¹

A importância dum perfil de pobreza é de mostrar a incidência ou percentagem da população que vive abaixo do limiar de pobreza, e assim não pode satisfazer as condições mínimas segundo as normas da sociedade e sugerindo em quais das características as pessoas pobres estão com altas taxas de incidência, servindo-se assim como um instrumento que analisa as características dos pobres, ligando a pobreza com as dimensões de bem-estar e assim orientar o desenho e a formulação de políticas de combates de pobreza, tendo um conhecimento mais aprofundado da realidade a se combater.

Em conclusão o perfil da pobreza procura responder a questões tais como: *quem são os pobres? quantos são? onde vivem? de que sectores económicos dependem?, etc.*, isto é, visa mostrar a incidência da pobreza também nas diferentes regiões e por grupos socioeconómicos, tendo em conta as linhas da pobreza, as formas de despesa, a realização dos padrões de vida e as características dos pobres e não pobres.

2. Contexto

Em Outubro de 2016 a Direcção de Estudos Económicos e Financeiros (DEEF) do Ministério de Economia e Finanças (MEF) publicou a Quarta Avaliação Nacional da Pobreza, em colaboração com a Universidade das Nações Unidas World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER) e a Universidade de Copenhaga. A Quarta Avaliação Nacional da Pobreza é baseada nos dados do IOF 2014/15 e possui informações sobre: (i) a pobreza de consumo e (ii) a pobreza multidimensional, abrangendo também o tema da desigualdade do consumo (MEF/DEEF, 2016).

Esta avaliação mostra progressos no bem-estar da população comparando com as avaliações anteriores do ponto de vista da pobreza do consumo e da pobreza multidimensional. No entanto, essa melhoria se deu de forma desigual entre áreas urbanas e rurais e entres as

¹ Não foram todas as características acima mencionadas que foram incluídas na parte do perfil relativa à pobreza multidimensional.

províncias, sendo que a pobreza é mais alta nas zonas rurais do que nas urbanas e que algumas províncias experimentaram aumento ou estagnação nos níveis de pobreza.

De acordo com a avaliação, a pobreza de consumo com base na metodologia do Custo das Necessidades Básicas (CNB) em 2014/15 foi de 46.1% contra 51.7% em 2008/09.² A incidência da pobreza multidimensional, com base no método Alkire-Foster, em 2014/15 atingiu cerca de 53% da população.³

3. Conceito de Pobreza

A pobreza é um fenómeno complexo, que pode significar a privação de várias dimensões conjuntamente ou isoladamente. Duma forma geral podemos conceituar pobreza como não ter recursos necessário para se sustentar. O Governo de Moçambique define pobreza como *“a impossibilidade, por falta de capacidade ou oportunidade de indivíduos, famílias, sociedade de terem acesso as condições mínimas, segundos as normas da sociedade”*.⁴

Para o estudo, usamos a pobreza de consumo e a pobreza multidimensional. A pobreza de consumo refere-se à incapacidade de aquisição (em termos de valores monetários) de um conjunto de bens alimentares e não alimentares que satisfaçam as necessidades básicas do indivíduo ou família.⁵ A pobreza multidimensional, no entanto, refere-se a um conjunto de privações sofridas pelos indivíduos ou famílias. Normalmente esta inclui outras dimensões e indicadores para além do consumo que influenciam o bem-estar das famílias (educação, cuidados de saúde, posse de bens, habitação condigna, saneamento adequado, entre outros). Quem sofre um conjunto de várias privações ao mesmo tempo é considerado pobre multidimensionalmente.

Metodologicamente a pobreza de consumo baseia-se nas linhas de pobreza: elas separam os pobres dos não pobres e reflectem o custo de aquisição de um cabaz alimentar de cerca de 2150 calorias por pessoa por dia, mais o custo de aquisição de bens não alimentares básicos. É considerado pobre quem tiver um valor total do consumo abaixo da linha da pobreza. Em todas as avaliações da pobreza de consumo em Moçambique foram identificadas 13 linhas de pobreza diferentes, que reflectem os padrões de consumo dos pobres, tendo em conta as diferenças existentes nas diferentes áreas do país. Em relação à pobreza multidimensional, o

² Ver a Quarta Avaliação para uma discussão sobre os ajustes à metodologia de cálculo da pobreza de consumo introduzidas na análise mais recente (MEF/DEEF, 2016).

³ Esta estimativa da incidência da pobreza multidimensional está baseada na análise específica para 2014/15, feita utilizando um conjunto de dezassete indicadores de bem-estar (MEF/DEEF, 2016; pp. 47-55). Na mesma avaliação é também apresentada uma análise da pobreza multidimensional para todos os inquéritos anteriores, onde somente um subconjunto de seis indicadores de bem-estar é usado, devido à comparabilidade entre os inquéritos mais antigos e os mais recentes.

⁴ Ver o PARPA II (CM, 2006).

⁵ O consumo em relação ao rendimento é um melhor indicador de bem-estar para países onde a maioria das pessoas vivem da agricultura de subsistência e autoconsumo como é o caso de Moçambique, visto que o rendimento tem uma variabilidade alta e difícil de se captar, sendo que as pessoas estão mais predispostas a relatar o que consomem regularmente.

enfoque é com base na metodologia de Alkire e Foster (A-F), que combina diferentes indicadores de bem-estar em um índice agregado, sendo que as pessoas são identificadas como pobres quando esse índice cai abaixo de uma determinada linha de corte (*cutoff*).⁶

4. Dados e Metodologia

O IOF 2014/15 é um inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar, uma pesquisa representativa a nível nacional, zonas rurais e urbanas e em todas as províncias, que abrangeu um total de 11.628 agregados familiares, sendo 5.248 seleccionados na zona rural e 6.380 na área urbana. É o quarto a acontecer no país, sob a alçada do Instituto Nacional de Estatística (INE). Os dois primeiros inquéritos, o de 1996/97 e o de 2002/03, mantinham o nome de Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida (IAF) enquanto a partir do terceiro, feito em 2008/09, esse tipo de inquérito começou-se a chamar IOF e não IAF.

Os dados do IOF 2014/15 foram recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), entre Agosto de 2014 e Agosto de 2015 (INE, 2015). Diferentemente dos inquéritos anteriores, os dados do IOF 2014/15 foram recolhidos em três trimestres em forma de painel,⁷ sendo com uma amostra de 11.505 no primeiro trimestre, 10.368 no segundo e 11.315 agregados familiares no quarto trimestres. Os questionários do IOF 2014/15 procuram recolher dados relativos a características demográficas, educação, emprego, despesas diárias e consumo doméstico, posse de bens duráveis, condições habitacionais, ofertas e transferências recebidas e pagas, receitas de várias fontes, calamidades naturais, saúde, nutrição das crianças, água, saneamento e turismo.

5. Principais Resultados

Nesta secção apresentamos os principais resultados do perfil da pobreza, subdivididos em duas secções: na secção 5.1 temos os resultados relativos à pobreza de consumo e na secção 5.2 aqueles relativos à pobreza multidimensional.

5.1 Pobreza de consumo

O perfil da pobreza com base no consumo começa com a apresentação dos resultados relativos à Quarta Avaliação e introduz uma série de análises suplementares sobre as características dos indivíduos e famílias pobres.

5.1.1 Estimativa da Pobreza

Os resultados principais da Quarta Avaliação Nacional da Pobreza e bem-estar são aqui reportados na Tabela 1, e mostram que a pobreza com base no consumo afecta cerca de 46% da população moçambicana. A incidência da pobreza é caracterizada por grandes disparidades

⁶ É a percentagem de privação conjunta das várias dimensões (pesadas) que identifica uma família ou um indivíduo como pobre (Alkire et al., 2015). Para o caso de 2014/15 o *cutoff* foi estabelecido em 40 por cento das dimensões (pesadas) de privação.

⁷ Foram inquiridos os mesmos agregados familiares várias vezes ao longo do ano.

entre as regiões e as províncias, sendo que a pobreza é predominantemente rural, afectando a metade da população rural 50.1% e 37.4% da população urbana. As províncias mais afectada são a província de Niassa, Nampula e Zambézia. As menos afectadas são a Cidade de Maputo, a Província de Maputo e a província de Tete.

Tabela 1: Incidência da pobreza de consumo (%)

Nacional	Pobres
Nacional	46.1
Urbano	37.4
Rural	50.1
Norte	55.1
Centro	46.2
Sul	32.8
Niassa	60.6
Cabo Delgado	44.8
Nampula	57.1
Zambézia	56.6
Tete	31.8
Manica	41.0
Sofala	44.2
Inhambane	48.6
Gaza	51.2
Maputo Prov	18.9
Maputo Cid	11.6

Fonte: MEF/DEEF (2016).

5.1.2 Consumo médio (meticais pessoas por dia) segundo área de residência e província.

Os dados do IOF 2014/15, ilustrados na Tabela 2, revelam que os AFs tem níveis de consumo médio (medido em meticais por pessoa por dia) muito diferentes para cada uma das 11 província. A mesma tabela demonstra que o consumo médio da província com o maior consumo (Maputo Cidade) é cerca de 4 vezes mais alta do que a província com o menor consumo (Niassa). A Cidade de Maputo mostra um consumo médio de cerca de 132 meticais por pessoa por dia, enquanto a província de Niassa apresenta um consumo médio de cerca de 31 meticais por dia.

Tabela 2: Consumo médio (meticais por pessoa por dia)

	Rural	Urbano	Total
Niassa	30.3	34.0	31.1
Cabo Delgado	40.9	42.7	41.3
Nampula	33.2	43.8	36.6
Zambézia	34.0	42.5	35.8
Tete	43.2	63.6	45.9
Manica	39.7	57.3	43.9
Sofala	35.7	70.8	48.4
Inhambane	37.1	69.1	44.8
Gaza	38.4	53.7	42.3
Maputo Prov	61.1	87.8	79.8
Maputo Cid		131.9	131.9
Total	37.1	68.6	47.1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.1.3 Tamanho médio da família

Aqui analisamos a relação entre o tamanho da família e incidência da pobreza. Com base na Tabela 3, constata-se que as famílias pobres tendem a ser maiores que as não pobres, com mais 1.2 membros a nível nacional, ou seja as famílias pobres contam em media com 6.9 membros e as não-pobres com 5.7 membros. Observa-se também que o tamanho das famílias pobres na zona rural e na urbana é praticamente igual. Contudo, é interessante notar que o tamanho médio dos AF's é maior na zona sul em relação as outras regiões, sabendo que as regiões centro e norte têm maior população.

Tabela 3: Tamanho médio do agregado familiar

	Não pobres	Pobres	Todos
Nacional	5.7	6.9	6.2
Urbano	6.0	6.8	6.3
Rural	5.5	6.9	6.2
Norte	5.1	6.5	5.9
Centro	5.7	7.0	6.3
Sul	6.0	7.4	6.5

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.1.4 Pobreza segundo o género do chefe do AF

Em termos de estimativa da pobreza por sexo dos chefes do AF, a Tabela 4 mostra que a incidência da pobreza entre famílias chefiadas por mulheres foi maior (47.2%), do que entre

as chefiadas por homens (45.5%), com uma diferença de 1.7 pontos percentuais. Se olharmos os resultados por área de residência, urbano e rural, os resultados também mostram que as taxas de pobreza são mais altas nas famílias chefiadas por uma mulher do que em AF's chefiados por homens.

Tabela 4: Incidência da pobreza por sexo do chefe do agregado familiar

	Rural	Urbano	Nacional
Masculino	49.7	36.8	45.7
Feminino	51.7	39.0	47.2
Total	50.1	37.4	46.1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.1.5 A pobreza e a idade do Chefe do AF

Analisando a estimativa de pobreza por classe de idade do AF, na Tabela 5 é possível verificar que existe diferenças nas taxas de incidência de pobreza dos indivíduos que vivem em famílias com chefes de AF de diferentes faixas etárias, entre as famílias inseridas no meio urbano e no meio rural. A nível nacional, os grupos de <19 e 60+ idade apresentam taxas de pobreza relativamente baixas, de 35.3% e 42.9% respectivamente, enquanto os grupos de 40-44 e 35-39 apresentam as taxas de pobreza mais altas, que são de 50.5% e 48.3% respectivamente. A abordagem por área de residência tende a mostrar que as duas classes com maior incidência de pobreza na área urbana são os grupos de 20-24 e de 15-19, com 45.3% e 43.0% respectivamente, e na área rural são os grupos de 40-44 e 45-49, com 54.8% e 51.8% respectivamente.

Tabela 5: Classe de idade do chefe do AF (%)

	Rural			Urbano			País		
	Masculino	Feminino	Todos	Masculino	Feminino	Todos	Masculino	Feminino	Todos
<19	22.3	52.7	36.9	30.3	27.2	29.1	24.4	32.7	27.4
20-24	43.6	49.1	45.3	39.3	35.5	38.4	33.6	35.3	34.0
25-29	36.7	44.0	38.1	42.6	57.8	45.4	34.8	43.7	36.5
30-34	37.2	44.8	38.9	49.7	51.4	50.1	40.2	43.5	41.0
35-39	37.3	43.5	38.8	51.2	57.7	52.4	42.1	44.8	42.8
40-44	41.5	36.5	40.3	55.0	54.0	54.8	45.0	41.0	43.9
45-49	33.8	34.9	34.1	53.8	55.4	54.1	41.3	41.5	41.4
50-54	32.1	29.6	31.4	51.8	51.8	51.8	39.0	34.1	37.5
55-59	33.9	33.4	33.7	50.1	48.7	49.8	37.2	35.6	36.7
60+	36.5	39.6	37.5	44.7	47.9	45.7	35.3	37.2	36.1
Total	36.7	38.9	37.3	49.4	51.6	49.9	38.9	39.5	39.1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.1.6 Distribuição etária conforme a situação de pobreza

A Tabela 6, mostra a distribuição da pobreza por classe de idade e gênero de todos os indivíduos, não só do chefe. Podemos constatar que a classe de idade que apresenta a mais alta taxa de pobreza na zona rural para os homens é a classe de 0-4 com 59.5% e a feminina é a de 0-4 anos e 35-39 com 58% respectivamente. Ainda na zona rural, a classe feminina de 15 a 44 anos apresenta taxas mais altas de pobreza comparando com as classes masculinas.

Na zona urbana, as classes femininas de 20 a 39 anos apresentam taxas mais altas de pobreza, comparando com as dos homens. Duma forma geral, a nível do país mas sobretudo nas zonas rurais, as classes de idade que apresentam taxas de pobreza substancialmente mais altas são as das crianças de 0 a 14, estando acima dos 50%.

Tabela 6: Estimativa da pobreza por classe de idade (%)

	Rural			Urbano			País		
	Masculino	Feminino	Todos	Masculino	Feminino	Todos	Masculino	Feminino	Todos
0-4	59.5	58.0	58.8	49.9	47.1		53.3	51.5	52.4
5-9	59.2	58.5	58.8	47.7	48.8		53.2	52.3	52.8
10-14	58.2	59.1	58.6	45.1	42.2		50.9	49.7	50.3
15-19	56.7	52.9	54.9	37.7	36.7		44.2	40.3	42.3
20-24	50.9	49.7	50.2	30.1	32.9		35.3	37.8	36.7
25-29	45.0	53.7	50.3	27.8	37.4		33.1	42.7	38.5
30-34	49.6	54.9	52.8	32.2	37.7		38.3	44.5	41.8
35-39	50.7	58.0	54.9	35.5	37.9		41.1	46.1	43.8
40-44	54.8	57.1	56.0	41.3	37.6		44.7	43.8	44.2
45-49	53.2	51.5	52.4	33.2	33.8		41.0	40.3	40.6
50-54	51.6	47.9	49.8	34.0	31.0		39.2	34.9	36.9
55-59	51.7	51.6	51.6	33.7	33.9		38.5	36.7	37.6
60+	47.8	49.2	48.5	38.8	37.2		44.4	38.2	41.4
Total	55.9	56.0	56.0	40.4	40.5		46.4	45.8	46.1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.1.7 Nível de educação do representante do agregado

A educação é um dos indicadores mais importantes de bem-estar, portanto nessa secção procuramos relacionar o nível escolar do chefe do AF e o nível de pobreza das famílias. A Tabela 7 mostra haver uma relação forte entre o nível de escolaridade completado e a incidência da pobreza. Com efeito, podemos constatar que 57.4% das famílias que têm o chefe do AF sem nenhuma escolaridade são consideradas pobres. Mas quando o chefe do AF aumenta o nível de formação, a incidência da pobreza tende a diminuir: por exemplo quando o chefe do AF atinge o ensino primário do 1º grau, a taxa de pobreza é de 48.3%, mas quando completa o ensino mais elevado (ensino superior), a incidência da pobreza é de apenas 2.2%. Como é de esperar, essa relação é observada tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas, e tanto para AFs chefiados por homens como mulheres.

Tabela 7: Nível de Educação do chefe do agregado familiar (%)

	Rural			Urbano			País		
	Masculino	Feminino	Todos	Masculino	Feminino	Todos	Masculino	Feminino	Todos
Sem formação	58.4	54.8	57.2	58.9	57.6	58.3	58.5	55.5	57.4
EP1	49.3	50.4	49.5	47.0	38.4	44.4	48.8	46.1	48.3
EP2	46.1	40.4	45.5	39.1	28.3	37.0	43.5	33.4	42.1
ES1	32.9	35.6	33.2	27.5	21.2	26.4	29.8	25.4	29.2
ES2	15.0	11.5	14.7	18.1	15.6	17.7	17.2	14.9	16.9
Superior	5.2	0.0	4.6	2.2	0.0	1.9	2.5	0.0	2.2
Total	49.7	51.7	50.1	36.8	39.0	37.4	45.7	47.2	46.1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.1.8 Nível de educação dos adultos

Os dados sobre a pobreza por nível de escolaridade de adultos, pode sugerir que os níveis mais altos de educação ou escolaridade podem ser uma ferramenta que ajuda os indivíduos, famílias ou a comunidade a reduzir a pobreza, mas a causalidade pode ser também invertida. A Tabela 8 mostra a escolaridade dos adultos (18-65 anos de idade) em relação à incidência da pobreza. Como era de se esperar, as taxas de pobreza caem à medida que o nível de escolaridade aumenta. É possível perceber que a nível nacional os adultos com os dois maiores níveis de escolaridade concluídos têm as taxas mais baixas da incidência de pobreza, que é de 2.2% para o nível superior e 16.9 % para o nível do Ensino Secundário do 2º Ciclo, e os sem nenhuma escolaridade e o nível primário do primeiro grau, têm as taxas mais altas, 58.4% e 48.9% respectivamente. As estatísticas descritivas mostram ainda que nos dois níveis mais altos a escolaridade tem uma associação com pobreza ainda mais positiva para as mulheres, tanto na zona rural como na urbana, e ainda, os resultado mostram que a taxa de pobreza relacionada com a falta de escolaridade é mais alta no meio urbano do que no rural.

Tabela 8: Escolaridade de adultos (18-65 anos de idade) (%)

	rural			urbano			país		
	masculino	feminino	todos	masculino	feminino	todos	masculino	feminino	todos
Sem formação	58.8	56.8	58.1	60.3	58.6	59.5	59.1	57.2	58.4
EP1	49.4	50.9	49.7	49.4	39.9	46.4	49.4	47.1	48.9
EP2	46.5	40.8	46.0	39.7	28.5	37.4	44.1	33.7	42.6
ES1	33.1	35.0	33.3	27.5	21.1	26.4	29.9	25.0	29.3
ES2	15.2	11.5	14.8	18.2	14.9	17.7	17.3	14.3	16.9
Superior	5.3	0.0	4.6	2.2	0.0	1.9	2.6	0.0	2.2
Total	49.5	52.7	50.2	36.6	38.5	37.1	45.6	47.7	46.0

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.1.9 Relação entre pobreza e condição de ocupação do chefe do AF

A Tabela 9 apresenta os resultados da incidência da pobreza em relação com a principal ocupação económica do chefe do AF. Podemos constatar que a incidência da pobreza é mais alta entre os agregados familiares que têm o chefe do AF a desempenhar uma actividade económica artesanal por conta própria ou agrícola. As taxas de pobreza observadas para estas categorias estão acima de 50%, comparadas com taxas muito inferiores para técnicos, dirigentes e administrativos. Esta relação é válida tanto nas zonas rurais como nas urbanas. Na zona urbana as taxas de pobreza das famílias com chefe a desempenhar uma actividade agrícola estão acima de 60%.

Tabela 9: Estimativas da pobreza por ocupação principal do chefe do AF (%)

	Urbano	Rural	País
1. Altos dirigentes	10.3	6.3	9.4
2. Técnicos universitários	12.1	24.6	16.4
3. Técnicos não universitários	14.3	13.6	14.1
4. Administrativos	10.6	11.5	10.8
5. Operários não agrícolas	29.8	48.9	37.7
6. Artesão independente	40.4	61.4	57.0
7. Pequeno comerciante	31.9	31.7	31.8
8. Pessoal de serviço	32.9	31.8	32.6
9. Empregados domésticos	38.4	46.9	39.9
10. Camponeses	64.1	53.1	54.4
11. Operários agrícolas	54.2	45.4	47.3
12. Outras ocupações	41.7	46.5	43.1
Total	37.4	50.1	46.1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.1.10 Relação entre pobreza e o tipo de empregador do chefe do AF

As estimativas de pobreza por natureza do empregador do chefe do AF, apresentadas na Tabela 10, demonstram que existem diferenças entre os diferentes tipos de empregador do chefe de AF para cada área de residência. É possível ver que as famílias que têm o chefe de AF a trabalhar por conta própria sem empregados, têm a maior incidência de pobreza a nível nacional (51.8%), seguida de trabalhador familiar sem remuneração (50.3%). Por outro lado, ainda a nível nacional, as famílias chefiadas por chefes que têm como empregador instituições sem fins lucrativos e empresas públicas, apresentam as menores taxas de incidência de pobreza, que são 16.8% e 18.1% respectivamente. Por área de residência, a mais alta taxa de incidência da pobreza na zona rural é encontrada no tipo de empregador de conta própria sem empregados (52.3%) e na zona urbana é trabalhador familiar sem remuneração (60.9%). Por sua vez, instituições sem fins lucrativos nas zonas rurais (12.7%) e as empresas públicas

(13.2%) nas zonas urbanas, são as que apresentam taxas mais baixas de pobreza por tipo de empregador do chefe do AF.

Tabela 10: Situação da Pobreza por tipo de Empregador do chefe do AF (%)

Empregador do chefe do AF	Urbano	Rural	País
1. administração pública	18.8	35.4	25.2
2. autarquias locais	25.2	36.9	27.4
3. empresa pública	13.2	37.8	18.1
4. empresa privada	27.4	41.3	32.9
5. cooperativa	19.5	33.4	27.5
6. instituições sem fins lucrativos	17.7	12.7	16.8
7. casa particular	43.0	38.2	41.9
8. conta própria com empregados	20.7	35.9	29.7
9. conta própria sem empregados	49.9	52.3	51.8
10. trabalhador familiar sem remuneração	60.9	48.3	50.3
11. organismos internacionais/embaixada	22.7	35.2	28.0
Total	37.4	50.1	46.1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.1.11 Estimativa da pobreza e o sector do emprego do chefe do AF

Analisando a questão da estimativa da pobreza por sector do emprego (Tabela 11), observamos que o sector de agricultura, silvicultura e pesca, apresentam taxas mais altas de pobreza (53.9%). Enquanto que, os sectores com as taxas de pobreza mais baixas no geral são os de serviços administrativos e dos transportes e comunicação, com 17.6% e 17.9% respectivamente.

Tabela 11: Estimativa da pobreza por sector do emprego (%)

	Urbano	Rural	País
1. Agricultura, silvicultura e pesca	61.4	52.7	53.9
2. Industria extractiva e minas	31.2	37.8	35.6
3. Industria transformadora	36.9	50.8	42.9
4. Energia	23.1	23.0	23.0
5. Construção	22.0	71.7	38.7
6. Transporte e comunicações	14.1	28.8	17.9
7. Comércio e finanças	30.5	31.8	31.0
8. Serviços administrativos	16.6	21.6	17.6
9. Outros serviços	28.1	31.7	29.2
Total	37.4	50.1	46.1

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

4.1.12 Características da habitação

As características da habitação estão entre os mais importantes indicadores de bem-estar para o indivíduo e para a família, na medida que a qualidade da habitação pode influenciar as várias condições de vida. A Tabela 12 procura descrever certas condições de vida dos pobres, em comparação com os de não pobres. Para o propósito desse estudo, as características observadas foram a cobertura da casa, parede da habitação, saneamento, eletricidade, fonte de água para beber, rádio e bicicleta. No questionário do IOF 2014/15 foram incluídas perguntas que permitem identificar a qualidade da habitação em Moçambique em função do material predominante na construção das paredes, cobertura e pavimento.⁸

No questionário do IOF15/15 consideram o material usado para (i) paredes (blocos, madeira e zinco, adobe, caniço, paus maticados e outro); (ii) cobertura das casas (laje de betão, telha, lusalite, zinco, capim e outro); (iii) fonte de água para beber (água canalizada, fontanário, poço ou furo com bomba manual, em garrafa, poço protegido sem bomba, nascentes protegidas, nascentes não protegidas, cisterna (tanque móvel ou camião), poço não protegido, rio, lago e lagoa, água da chuva e outra); (iv) saneamento, aqui entendido como o tipo de casa de banho que o agregado possui (retrete ligada a fossa séptica, latrina melhorada, latrina não melhorada e não tem latrina). Podemos ver que apenas 29.5% dos pobres tem a casa com uma cobertura de qualidade⁹, apenas 15.8% dos pobres tem paredes de boa qualidade¹⁰, e apenas 16.4% dos pobres tem saneamento de qualidade¹¹. As percentagens para os não pobres são cerca de duas vezes mais altas comparadas com os não pobres.

Em relação a eletricidade, a diferença entre pobre e não pobres é de 28 pontos percentuais, ou seja, apenas 17.4% dos agregados familiares pobres tem acesso a eletricidade, comparado com 42.7% para os não pobres.

Das sete características analisadas, a fonte de água¹² é a característica que tem a maior cobertura tanto para os pobres como para os não pobres, comparando com as restantes. 43.9% dos pobres e 60.9% dos não pobres tem acesso a uma fonte de água de qualidade.

De todas as características aqui analisadas, rádio e bicicleta são as características que apresentam diferenças percentuais entres pobres e não pobres menores. É importante destacar que bicicleta é a única característica que é os pobres possuem mais do que os não pobres. A diferença entre pobres e não pobres para rádio foi de apenas 4.1% pontos percentuais e para bicicleta foi de -0.9% pontos percentuais.

A análise por província mostra que Maputo Cidade é a província com maior cobertura em quase todas as características. Duma forma geral (considerando tanto os pobres como os não

⁸ INE (2015).

⁹ O INE considera cobertura convencional (zinco, lusalite, telha e laje de betão) e precário (capim e outros).

¹⁰ INE considera paredes de qualidade ou convencional (blocos de cimento ou tijolo) e de material precário (paus maticados, adobe e caniço).

¹¹ INE define saneamento seguro (ter retrete com fossa séptica e ter latrina melhorada) e em não seguro (não ter latrina, ter latrina não melhorada). Tendo em conta que o país, principalmente nas alturas das chuvas, tem sido afectado pelas doença de natureza hídrica, a cobertura de apenas 15.8% de pobres com saneamento de qualidade, pode indicar a uma maior probabilidade dos pobres vir a sofrer vários tipos de problemas devidos ao saneamento inadequado.

¹² INE define fonte de água segura, quem utiliza a água canalizada, fontanário, poço ou furo com bomba manual, água em garrafa, nascentes protegidas e cisternas ou tanques moveis.

pobres), as províncias com menor acesso a cobertura, parede, saneamento, electricidade e fonte de água, são as províncias do centro e do norte.

Tabela12: Características da habitação (%)

	Cobertura			Parede			Saneamento		
	Não pobres	Pobres	Todos	Não pobres	Pobres	Todos	Não pobres	Pobres	Todos
Pais	53.4	29.5	42.4	38.9	15.8	28.2	39.2	16.4	28.7
Urbano	88.7	50.2	74.3	69.5	26.8	53.6	75.5	31.9	59.2
Rural	32.9	22.4	27.6	21.0	12.0	16.5	18.1	11.0	14.5
Norte	32.4	16.3	23.5	15.8	7.2	11.0	27.1	16.7	21.4
Centro	42.0	26.3	34.8	31.5	17.4	25.0	27.1	11.9	20.1
Sul	91.4	70.9	84.7	72.7	32.8	59.6	69.6	27.7	55.9
Niassa	23.2	9.6	15.0	23.5	12.5	16.8	26.6	17.2	20.9
Cabo Delgado	31.6	24.8	28.6	10.0	4.5	7.5	20.0	16.1	18.2
Nampula	35.6	16.0	24.4	16.2	6.1	10.5	30.7	16.8	22.8
Zambézia	33.2	18.9	25.1	20.7	14.1	17.0	21.2	8.4	14.0
Tete	34.7	27.8	32.5	37.1	31.3	35.2	24.6	21.8	23.7
Manica	52.5	41.6	48.0	37.7	20.7	30.7	29.4	12.3	22.4
Sofala	58.7	34.1	47.9	36.8	12.2	25.9	39.8	13.2	28.0
Inhambane	71.9	49.7	61.1	32.4	15.9	24.4	36.8	12.2	24.9
Gaza	87.6	76.0	81.6	51.3	30.2	40.5	49.1	27.0	37.8
Maputo Prov	98.0	94.2	97.3	87.8	54.1	81.4	81.0	42.3	73.7
Maputo Cid	99.3	99.9	99.4	95.6	83.2	94.1	91.1	76.8	89.5

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

Tabela12: Características da habitação (continuação) (%)

	Electricidade	Fonte água
--	---------------	------------

	Não pobres	Pobres	Todos	Não pobres	Pobres	Todos
Pais	42.7	17.4	31	60.6	43.9	52.9
Urbano	87.9	47.8	73	92.5	68.4	83.5
Rural	16.3	6.9	11.6	42.1	35.4	38.7
Norte	31.6	17.9	24.1	48.4	39.6	43.6
Centro	29.2	11.9	21.2	51.6	39.7	46.1
Sul	74.2	31.3	60.2	86.4	65.8	79.7
Niassa	26.5	13.1	18.4	43.9	44.2	44.1
Cabo Delgado	22.6	17.1	20.2	45.1	46.5	45.8
Nampula	37.6	19.8	27.4	51.4	36.0	42.6
Zambézia	26.1	9.6	16.7	37.8	28.0	32.2
Tete	18.9	10.8	16.3	52.6	53.6	52.9
Manica	36.7	16.9	28.6	56.1	46.8	52.3
Sofala	42.7	15.3	30.6	71.2	56.7	64.8
Inhambane	38.9	15.9	27.8	60.2	51.6	56
Gaza	54.7	28.2	41.1	81.5	68.9	75
Maputo Prov	85.7	49.8	78.9	93.0	76.0	89.8
Maputo Cid	96.9	82.3	95.2	99.6	98.6	99.5
	Rádio			Bicicleta		
	Não pobres	Pobres	Todos	Não pobres	Pobres	Todos
Pais	44.9	40.8	43	37.3	38.2	37.7
Urbano	36.3	34.2	35.5	19.9	26.0	22.1
Rural	49.9	43.1	46.5	47.5	42.4	44.9
Norte	45.4	37.7	41.2	35.4	32.4	33.7
Centro	49.9	47.1	48.6	51.6	50.3	51.0
Sul	36.7	31.3	35	17.1	19.6	17.9
Niassa	52.5	39.8	44.8	54.7	50.1	51.9
Cabo Delgado	50.6	49.7	50.2	39.8	37.0	38.5
Nampula	40.7	33.5	36.6	27.5	24.9	26.0
Zambézia	48.7	44.3	46.2	55.5	50.5	52.7
Tete	49.8	39.2	46.4	49.1	38.9	45.9
Manica	50.5	42.6	47.3	45.2	44.3	44.8
Sofala	51.6	66.6	58.2	54.4	65.2	59.2
Inhambane	44.3	34.7	39.6	23.0	17.3	20.2
Gaza	39.6	32.1	35.8	26.8	26.1	26.4
Maputo Prov	35.1	25.6	33.3	15.1	17.1	15.5
Maputo Cid	31.6	23.2	30.6	9.5.0	3.9	8.9

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.1.13 Desnutrição infantil

A desnutrição infantil é um indicador de condição de saúde de um país. Em Moçambique a desnutrição infantil é matéria de vários inquéritos para além do IOF, como por exemplo o Inquérito Demográfico e de Saúde e o Inquérito de Indicadores Múltiplos Agregados. O IOF 2014/15 recolheu dados sobre a antropometria, de crianças entre os 0 aos 59 meses, e com base nesses dados é possível fazer uma análise do estado nutricional das crianças. A Tabela 13, mostra a desnutrição infantil por tipo de desnutrição, relativa ao primeiro trimestre do inquérito. As avaliadas são as mais comumente usadas: “desnutrição crónica”, “desnutrição aguda” e “baixo peso. Os índices antropométricos usados são: (i) baixa altura para a idade, onde o seu diagnóstico nutricional é a “desnutrição crónica”, (ii) baixo peso para idade, o seu diagnóstico nutricional é o “baixo peso” e o (iii) baixo peso para a altura, onde o seu diagnóstico nutricional é a “desnutrição aguda”.

Tabela 13: Estimativa da prevalência de malnutrição nas crianças com idades entre os 0 e os 59 meses (%)

	Desnutrição moderada			Desnutrição grave		
	Desnutrição crónica	Baixo peso	Desnutrição aguda	Desnutrição crónica	Baixo peso	Desnutrição aguda
Pais	43.1	15.9	4.5	19.9	4.9	1.7
Urbano	35.1	11.0	3.6	15.7	3.1	1.4
Rural	45.9	17.6	4.8	21.3	5.6	1.8
Norte	50.2	19.9	6.6	25.5	7.3	2.8
Centro	44.2	16.4	3.8	19.8	4.4	1.2
Sul	26.9	6.9	2.0	9.3	1.7	0.7
Niassa	47.5	18.0	3.9	26.5	5.9	1.6
Cabo Delgado	52.2	19.1	3.6	24.3	5.6	1.9
Nampula	50.3	20.8	8.4	25.6	8.3	3.6
Zambézia	46.9	16.1	3.7	21.0	5.2	1.0
Tete	43.2	17.6	4.1	19.5	3.1	1.7
Manica	42.1	14.9	5.5	18.0	3.5	1.5
Sofala	41.2	16.9	2.2	19.0	4.9	0.8
Inhambane	26.2	7.9	2.0	6.5	1.5	1.1
Gaza	29.1	7.7	1.9	7.4	1.9	0.5
Maputo Prov	22.6	5.3	1.4	8.5	1.6	0.2
Maputo Cid	31.8	6.4	3.2	18.1	2.0	1.3

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

Em relação à desnutrição moderada, a desnutrição crónica é sofrida por 43.1% dos menores de cinco anos, nas áreas rurais as crianças sofrem de desnutrição mais do que as crianças que vivem em áreas urbanas, 45.9% e 35.1%, respectivamente. As crianças que vivem nas províncias do norte e do centro têm os níveis mais altos comparando com as crianças que vivem nas províncias do sul, com 50.2%, 44.2% e 26.9%, respectivamente. A nível das províncias, Cabo Delgado com 52.2% e de Nampula com 50.3% apresentam índices mais alto de desnutrição crónica, em comparação com 22.6% de província de Maputo e 26.2% da província de Inhambane.

Em relação à situação de desnutrição grave, cerca de 20% das crianças sofre de desnutrição crónica, 4.9% é afectada pelo baixo peso e 1.7% pela desnutrição aguda. A desnutrição crónica grave é mais alta nas províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado com 26.5%, 25.6% e

24.3% respectivamente, e mais baixas em Maputo Província, Gaza e Inhambane, sendo cada uma delas com 8.5%, 7.4% e 6.5% respectivamente. Essas tendências são observadas também para baixo peso e desnutrição aguda, ou seja, as zonas norte apresentam taxas mais altas de baixo peso (7.3%) e desnutrição aguda (2.8%) contra baixo peso (1.7%) e desnutrição aguda (0.7%) da zona sul.

5.2 Pobreza Multidimensional

Nessa secção apresentamos o perfil da pobreza do ponto de vista da pobreza multidimensional. Em particular, focamos na Incidência da Pobreza. Como acima indicado, a pobreza multidimensional foi calculada usando o método de Alkire-Foster. Segundo o método, a incidência da pobreza representa a percentagem de indivíduos identificados como multidimensionalmente pobres, ou seja, indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite (*cutoff*) de pobreza estabelecido (neste caso 40 por cento das dimensões de privação), baseada em três dimensões e 17 indicadores da base de dado do IOF 2014/15 (MEF/DEEF, 2016). No Quadro 1, constam as dimensões, indicadores, condição de privação e os ponderadores (cada uma das dimensões tem o mesmo peso e aos indicadores de cada dimensão foi atribuído o mesmo peso dentro da dimensão). Para estimar a pobreza multidimensional usando o método Alkire-Foster temos que escolher um limite ou *cutoff* de pobreza, que corresponde à proporção (ponderada) de privação suficiente para identificar um agregado familiar como pobre.

Quadro 1: Dimensões, indicadores, condição de privação e os ponderadores.

Dimensão	Indicador	Condição de privação do agregado familiar (AF)
Educação (1/3)	Acesso à escola primária (1/9)	A escola primária mais próxima está a mais de 30 minutos a pé
	Alguém no agregado familiar concluiu o EP1 (1/9)	Se ninguém concluiu o Ensino Primário 1o Grau
	Escolarização das crianças (1/9)	Pelo menos uma criança em idade escolar não frequenta a escola
Saúde/ Determinantes de saúde (1/3)	Fonte de água segura (1/15)	Se o AF não usa água canalizada (dentro de casa, fora da casa/quintal), ou água do fontenário, ou água de furo ou poço com bomba mecânica ou manual, ou água mineral, ou água engarrafada
	Saneamento seguro (1/15)	Se o AF usa latrina não melhorada, ou não tem nenhum tipo de retrete ou latrina
	Acesso à saúde (1/15)	A unidade sanitária mais próxima está a mais de 30 minutos a pé
	Acesso a fonte de água (1/15)	A fonte de água mais próxima está a mais de 30 minutos a pé
	Desnutrição crónica (1/15)	Pelo menos uma criança entre 0 e 59 meses sofre de desnutrição crónica
Padrões de vida (1/3)	Pessoas por quarto (1/27)	Tem 4 pessoas ou mais por cada quarto para dormir
	Chão (1/27)	Se o chão não é feito de parquet, madeira serrada, ladrilho/mármore/tijoleira ou cimento
	Paredes (1/27)	Se as paredes não são feitas de blocos de cimento ou blocos de tijolo
	Cobertura de material convencional (1/27)	Se a casa do AF não está coberta por laje de betão, ou telha, ou chapas (de lusalite ou zinco)
	Acesso à electricidade (1/27)	Se o AF não tem acesso à electricidade
	Acesso ao mercado (1/27)	O mercado mais próximo está a mais de 30 minutos a pé
	Acesso ao transporte (1/27)	A paragem de transporte mais próxima está a mais de 30 minutos a pé
	Acesso à segurança (1/27)	O posto policial mais próximo está a mais de 30 minutos a pé
	Posse de bens duráveis, activos rurais e gado (1/27)	Se o AF não tem pelo menos 3 bens duráveis de uma lista de bens duráveis mais comuns (bicicleta, carro, moto, televisor, rádio, telefone, computador, impressora, cama, geleira, congelador, aparelhagem), ou não tem pelo menos 2 activos rurais (charrua, motosserra, tractor, carrinho, debulhadora, electrobomba, barco de pesca, tanque para piscicultura, maquina de costura), ou não tem pelo menos 2 cabeças de gado bovino, 2 burros, 12 cabritos, ou 24 galinhas ou patos

Fonte: MEF/DEEF (2016).

Nota: Dimensões, indicadores, condição de privação e ponderadores considerados na avaliação da pobreza multidimensional para 2014/15. Os ponderadores estão em parênteses.

5.2.1 Estimativa da incidência da pobreza multidimensional

A Tabela 14, reflecte a incidência da pobreza multidimensional. É possível perceber que 53.8% da população pode ser considerada multidimensionalmente pobre. Observa-se que na área rural a pobreza é mais alta se compararmos com a área urbana (70.5% e 17.6%, respectivamente). Por regiões, a pobreza é mais acentuada no norte (67.8%), seguido do centro (61.5%) e da zona sul com níveis mais baixos (18.2%). A nível provincial, a incidência da pobreza é mais alta em Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézi e Tete, com percentagens acima de 60%. Maputo Cidade, Maputo Província e Gaza apresentam incidências de pobreza mais baixas (0.4%, 6.8% e 17.6% respectivamente).

Tabela 14: Incidência da Pobreza Multidimensional (*cutoff* k = 40%).

Nacional	Pobres
Nacional	53.8
Urbano	17.6
Rural	70.5
Norte	67.8
Centro	61.5
Sul	18.2
Niassa	68.8
Cabo Delgado	64.1
Nampula	68.9
Zambézia	70.2
Tete	63.6
Manica	45.7
Sofala	53.5
Inhambane	46.6
Gaza	17.6
Maputo Prov	6.8
Maputo Cid	0.4

Fonte: MEF/DEEF (2016).

5.2.2 Tamanho médio do AF

A Tabela 15 mostra a associação entre ser ou não pobre do ponto de vista multidimensional e o tamanho do agregado familiar. As famílias não pobres tendem a ser maiores que as famílias pobres, com mais 0.4 membros a nível nacional, ou seja os não pobres contam em media com de 6.4 membros e os pobres com 6.0 membros, respectivamente. Na há grandes diferenças entre o tamanho medio das famílias na zona rural e urbana.

Tabela 15: Tamanho médio do agregado familiar.

	Não pobres	Pobres	Todos
Nacional	6.4	6.0	6.2
Urbano	6.4	5.9	6.3
Rural	6.4	6.1	6.2
Norte	6.3	5.7	5.9
Centro	6.5	6.2	6.3
Sul	6.5	6.4	6.5

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.2.3 Incidência da pobreza multidimensional por sexo do chefe

A distribuição da pobreza multidimensional da população por sexo do chefe do AF (Tabela 16), apresenta grandes diferenças entre áreas rurais e urbanas. A nível rural temos 71.3% das famílias que são pobres e nas zonas urbanas 18.2%. Nas duas áreas (urbano e rural) os AFs chefiados por homens apresentam incidências da pobreza multidimensional ligeiramente mais altas do que os AFs chefiados por mulheres. A nível nacional os AFs chefiados por homens tem uma incidência de 55.0% e os AFs chefiados por mulheres tem a incidência de pobreza de 49.6%.

Tabela 16: Estimativa da pobreza por sexo do chefe do agregado familiar.

	Rural	Urbano	Nacional
Masculino	71.3	18.2	55.0
Femenino	67.8	16.1	49.6
Total	70.5	17.6	53.8

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.2.4 Incidência da pobreza multidimensional nos agregados familiares por educação do chefe do AF

A Tabela 17, relaciona o nível de educação do chefe do AF e a incidência da pobreza multidimensional. Verifica-se haver uma relação forte entre o nível de escolaridade completado e a incidência da pobreza multidimensional. Os AFs cujo chefe completou o ensino superior, tem incidência da pobreza praticamente igual a zero, tanto na área rural como urbana. Contudo a nível nacional, para os AFs onde os chefes não tem nenhuma formação a incidência da pobreza multidimensional é de 71.9%. Quando se considera a situação de pobreza multidimensional por áreas de residência, notamos que temos maior incidência da pobreza nas áreas rurais do que nas áreas urbanas e que os AF's chefiados por homens tem maior incidência do que os AF's chefiados por mulheres.

Tabela 17: Nível de Educação do chefe do agregado familiar (%).

	Rural			Urbano			País		
	Masculino	Feminino	Todos	Masculino	Feminino	Todos	Masculino	Feminino	Todos
Sem formação	82.4	77.6	80.7	39.1	31.9	35.9	74.9	66.9	71.9
EP1	73.9	60.6	71.6	26.4	12.1	22.1	64.0	43.4	59.8
EP2	61.5	35.8	59.0	16.0	5.2	13.8	44.8	18.0	41.1
ESG1	43.1	26.5	41.5	8.1	7.0	7.9	23.2	12.7	21.8
ESG2	21.3	4.5	19.8	3.8	1.0	3.4	8.9	1.6	7.8
Ensino superior	0.0	0.0	0.0	0.3	0.0	0.3	0.3	0.0	0.3
Total	71.3	67.8	70.5	18.2	16.1	17.6	55.0	49.6	53.8

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.2.5 Incidência da pobreza multidimensional por educação dos adultos

A Tabela 18, mostra a incidência da pobreza multidimensional tendo em conta a escolaridade de adultos de 18 a 65 anos para os diferentes níveis de formação. A nível nacional, 73.0% dos adultos que não tem nenhuma formação são consideradas pobres multidimensionalmente, sendo que se analisamos a variável da escolaridade dos adultos por sexo, tem-se que a incidência é de 67.7% para as mulheres e 76.4% para os homens sem nenhuma formação, mas a medida que o nível de escolaridade dos adultos aumenta, a incidência é menor. Em termos gerais, verifica-se haver uma relação muito forte entre o nível de escolaridade de adulto e a incidência da pobreza, no país, na zona rural e na urbano.

Tabela 18: Escolaridade de adultos (18-65 anos de idade) (%).

	Rural			Urbano			País		
	Masculino	Feminino	Todos	Masculino	Feminino	Todos	Masculino	Feminino	Todos
Sem Formação	83.3	78.4	81.6	40.7	31.1	36.4	76.4	67.7	73.2
EP1	74.4	61.7	72.2	29.2	12.9	24.1	65.6	44.8	61.3
EP2	61.6	35.4	59.1	16.3	5.4	14.1	45.3	18.0	41.5
ESG1	43.2	25.0	41.5	8.2	7.2	8.0	23.5	12.2	21.9
ESG2	21.5	4.5	19.9	3.8	1.0	3.4	9.0	1.6	7.9
Ensino Superior	0.0	0.0	0.0	0.3	0.0	0.3	0.3	0.0	0.3
Total	71.2	67.8	70.4	18.2	15.2	17.4	55.0	49.1	53.6

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.2.6 Incidência da pobreza multidimensional por ocupação do chefe do AF

A Tabela 19 mostra a estimativa da pobreza multidimensional pela ocupação principal do chefe do AF a partir da distinção entre urbano e rural. Podemos constatar que, no meio rural,

76.1% dos AFs que têm o chefe do AF com ocupação principal a produção familiar agrícola são pobres, seguido de operários agrícolas (67.4%), sendo que no seu extremo vamos verificar que os AFs que têm o chefe do AF com a ocupação principal como altos dirigentes tem a menor taxa de incidência (11.3%) seguida de técnicos universitários (12.4%). Também na área urbana, a incidência da pobreza é mais alta entre as famílias que têm os chefes com a ocupação principal no sector agrícola (camponeses, 42.4%, e operários agrícolas, 36.0%).

Tabela 19: Estimativas da pobreza por ocupação principal do chefe do AF (%).

	Urbano	Rural	País
1. Altos dirigentes	3.1	11.3	4.9
2. Técnicos universitários	2.5	12.4	5.9
3. Técnicos não universitários	3.6	20.5	8.7
4. Administrativos	4.0	24.3	8.8
5. Operários não agrícolas	10.1	53.2	28.0
6. Artesão independente	13.5	61.1	51.1
7. Pequeno comerciante	11.1	55.0	27.0
8. Pessoal de serviço	8.5	52.4	20.0
9. Empregados domésticos	8.3	57.0	16.7
10. Camponeses	42.4	76.1	71.9
11. Operários agrícolas	36.0	67.4	60.6
12. Outras ocupações	16.3	38.9	23.0
Total	17.6	70.5	53.8

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.2.7 Incidência da pobreza multidimensional por tipo de empregador do chefe do AF

Para a condição da pobreza multidimensional por tipo de empregador do chefe do AF, Tabela 20, constata-se que há maior incidência de pobres multidimensionais para todos os tipos de empregador no meio rural do que no meio urbano. Entre todos os tipos de empregadores, a maior incidência é observada para o trabalhador familiar sem remuneração (74.1%), seguido do trabalhador por conta própria sem remuneração (64.6%) e cooperativas (41.1%). A incidência é mais baixa para os AFs que têm como empregador do chefe a empresa pública (7.8%), autarquias locais (9.0%) e instituições sem fins lucrativos (9.8%).

Tabela 20: Situação da Pobreza por tipo de Empregador do chefe do AF (%).

Empregador do chefe do AF	Urbano	Rural	País
1. Administração pública	3.9	34.0	15.5
2. Autarquias locais	2.0	38.3	9.0
3. Empresa pública	0.9	35.9	7.8
4. Empresa privada	8.7	47.5	24.0
5. Cooperativa	9.8	64.1	41.1
6. Instituições sem fins lucrativos	5.8	28.7	9.8
7. Casa particular	13.5	61.6	24.8
8. Conta própria com empregados	7.1	54.0	34.6
9. Conta própria sem empregados	28.4	74.5	64.6
10. Trabalhador familiar sem remuneração	37.4	80.8	74.1
11. Organismos internacionais/Embaixada	0.0	64.8	27.4
Total	17.6	70.5	53.8

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

5.2.8 Incidência da pobreza multidimensional por sector do emprego do chefe do AF

A Tabela 21, continua com a caracterização da inserção ocupacional do chefe do AF. Nessa tabela especificamente analisamos a relação entre o sector de actividade e pobreza multidimensional. Tanto no meio urbano, como no meio rural, a incidência mais alta é encontrada no sector da agricultura, silvicultura e pesca, sendo no meio rural 75.3% e no meio urbano 40.0%. O sector com a incidência mais baixa (0%) é o de energia.

Tabela 21: Estimativa da pobreza por sector do emprego (%).

	Urbano	Rural	País
1. Agricultura, silvicultura e pesca	40.0	75.2	70.4
2. Industria extractiva e minas	8.1	37.3	27.6
3. Industria transformadora	14.3	62.2	34.9
4. Energia	0.0	0.0	0.0
5. Construção	2.6	11.8	5.6
6. Transporte e comunicações	6.3	42.7	15.7
7. Comércio e finanças	10.6	55.8	26.5
8. Serviços administrativos	2.5	22.8	6.6
9. Outros serviços	7.8	34.1	15.8
Total	17.6	70.5	53.8

Fonte: Cálculos feitos pelos autores.

6. Conclusões

Esse exercício procurou caracterizar a pobreza pela metodologia do consumo e metodologia multidimensional em Moçambique usando os dados do IOF 2014/15, estudando a incidência dos dois tipos de pobreza em relação a um conjunto de características demográficas, do chefe do agregado familiar, do emprego, das características da habitação, posse de bens duráveis, entre outros. A análise do perfil da pobreza de consumo mostra que intervenções de políticas devem ter em conta as características mais associadas com pobreza. Por exemplo, famílias chefiadas por mulheres ou com maior número de membros tendem a ser mais pobres do ponto de vista do consumo. Em relação à saúde, analisamos a desnutrição infantil, e observamos que a desnutrição crónica infantil no país é 42.7%, as províncias do norte e do centro encontram-se todas com níveis entre 43 a 50% e as províncias do sul entre 23 a 31%.

O acesso a vários serviços de infraestruturas, desde a água potável, electricidade, tipo de cobertura das habitações, rede, informação e bens duráveis, têm uma relação robusta com pobreza. Notamos que para os pobres ainda persistem desafios enormes em acesso a alguns desses serviços, principalmente nas províncias do norte e do centro, comparado com as províncias da zona sul, e encontramos mais privação nas zonas rurais do que nas urbanas.

Analisando o perfil de pobreza, vimos que algumas características relativas à actividade laboral exercida pelo chefe do agregado estão muito relacionadas, tanto o meio rural como no meio urbano, com altas taxas de incidência da pobreza, tanto de consumo como multidimensional. O baixo ou nenhum nível de educação, o facto de ser camponês ou trabalhador por conta própria sem empregados, não ter acesso a serviços básicos, entre outras características, são alguns dos elementos que no momento do desenho das estratégias e políticas de combate à pobreza devem ser tomados em maior consideração.

Referências bibliográficas

- Alkire, S., Foster, J., Seth, S., Santos, M.E., Roche, J.M. and Ballon, P., 2015. Multidimensional poverty measurement and analysis. Oxford University Press, USA.
- Cardoso, J., 2014. Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique: Uma análise Baseada no Inquérito ao Orçamento Familiar 2008/09. Maputo, Mozambique.
- Chiconela, J., 2004. Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique – Uma análise baseada no Inquérito aos Agregados Familiares 2002-03. Discussion Papers No. 7P. República de Moçambique-Ministério da Planificação e Desenvolvimento/Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas. Maputo, Mozambique.
- DNPO (1998). 'Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment.' Maputo: Ministry of Planning and Finance/DNPO.
- DNPO (2004). 'Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment.' Maputo: Ministry of Planning and Development/DNPO.
- INE. (2015). "Relatório Final do inquérito ao orçamento familiar - IOF-2014/15". Maputo.
- MEF/DEEF (2016). 'Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional'. Maputo: Ministry of Economics and Finance/DEEF. Disponível ao endereço http://www.mef.gov.mz/index.php/documentos/estudos/-23/1123--139/file?force_download=1
- MPD/DNEAP.(2010). "Pobreza e Bem-Estar em Moçambique – Terceira Avaliação Nacional (2007-08)". Maputo.
- República de Moçambique. (2006). "Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPAII)". Versão Final Aprovada pelo Conselho de Ministros aos 02 de Maio de 2006.